



A ATUALIDADE DA CRÍTICA DE LIMA BARRETO AOS PODERES CONSTITUIDOS NA REPÚBLICA VELHA

Renato dos Santos Pinto¹


Resumo: Neste texto serão abordadas questões relacionadas a poder e autoritarismo na virada para o séc. XX no Brasil, durante a República Velha, nos romances Recordações do escrivão Isaías Caminha e Triste fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto. A imprensa e o Estado podem ser vistos enquanto instrumento de exercício do poder no discurso dos narradores, que, por vezes, tomam emprestado o olhar do homem comum, pertencente às classes menos favorecidas. E, passados mais de cem anos, poderemos constatar que muitos aspectos dos relatos e denúncias contidos em sua obra permanecem atuais.

Palavras-chave: Lima Barreto; República Velha; Autoritarismo; Imprensa

A narrativa de Lima Barreto esteve fora de seu tempo? Nascido em 1881, sua produção literária se dá a partir da virada para o séc. XX, durante o período conhecido como República Velha no Rio de Janeiro, então capital federal. Sua narrativa, exposta de forma direta e ferina, em romances, contos, crônicas e crítica literária, aborda temas polêmicos para sua época, como: nossa subserviência às culturas europeia e norte americana; racismo; feminismo e direitos da mulher, com posições que se alternam entre progressistas e conservadoras; casamento e divórcio; o papel militante da literatura; a imprensa e sua relação com o governo e a sociedade; os bastidores dos poderes exercidos durante a República Velha. Tudo isso, tendo como cenário as ruas e bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Entre os discursos assumidos para a implementação da República no Brasil do final do séc. XIX, estava a justificativa de que o poder seria descentralizado e aumentaria a participação popular nas decisões de Estado. O conceito de Pátria, a ser cultuada e idolatrada ganha novas dimensões. Para uma melhor compreensão quanto à abordagem da narrativa de Lima Barreto sobre o assunto, previamente serão realizadas algumas reflexões sobre as relações entre poder, Estado e regimes autoritários. Segundo Michel Foucault (2012),

¹ (Doutorando em Literatura Comparada - UFF)
Contato: renatospinto46@gmail.com




Quando se definem os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica desse mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser essa uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (Foucault, 2012, p. 44 e 45)

Ou seja, é possível inferir que a força, repressão e suspensão de direitos seriam recursos extremos, utilizados quando outras possibilidades de domínio e manutenção do poder apresentem sinais de esgotamento, pois embora tenham sua eficácia em curto tempo, no médio e longo prazos tendem ao desgaste. Como exemplo ficcionalizado de estratégia de domínio, tomemos uma passagem extraída de *Baudolino*, de Umberto Eco, em que, durante século XII, um Sábio, de nome Oto, sugere a seu aprendiz, o protagonista Baudolino, que busque com habilidade convencer o Imperador Frederico a dominar determinada região sem uso de violência. Nas palavras do sábio:

Ouve. Sabes que procurei fazer com que o imperador entendesse as razões das cidades além dos alpes Pireneus. O imperador não pode fazer mais do que submetê-las a seu domínio e, todavia, há maneiras e maneiras de reconhecer a submissão, e quem sabe pode-se até encontrar um caminho que não seja o cerco e o massacre. Assim, pois, tu, a quem o imperador ouve, e que, apesar de tudo, és filho daquelas terras, procura fazer o melhor para conciliar as exigências de nosso imperador com as de tuas cidades, para que morra menos gente possível, e para que todos se deem por satisfeitos. (Eco, 2001, p. 54)

Nesse caso, a submissão ao domínio não está mais em questão, restando definir somente em que circunstâncias e a que preço ela se dará. Essa tensão entre imposição e aceitação de poder está presente ao longo da história da humanidade e sua tendência para um lado ou para outro acaba por definir entre regimes políticos autoritários ou participativos e as diversas nuances entre os extremos.

Já que mencionamos nuances ou matices, sob o ponto de vista da atuação do Estado, uma outra perspectiva se coloca em relação àqueles que são submetidos aos regimes políticos vigentes. Tomando modelos e contextos históricos como exemplo, tanto na *República de Platão* ou na ilha *Utopia*, de Thomas More, quanto na cena imperial




brasileira, com segmentos da sociedade compostos por famílias cristãs, os sistemas políticos adotados são cruéis, sanguinárias e totalitárias para as pessoas tornadas escravas, sejam povos derrotados e subjugados, sejam negros trazidos do continente africano. E, mesmo hoje, passados quase cento e trinta anos de sua abolição no Brasil, nos sucessivos processos de exploração, discriminação e exclusão, permanecem situações análogas à escravidão, inclusive em termos de violência, independentemente dos regimes considerados participativos ou autoritários que vêm atravessando a história.

Desde o início do Séc. XX, a cena social no Rio de Janeiro de Lima Barreto já continha um olhar do homem comum, representante das camadas menos favorecidas. Para a História, enquanto ciência humana, essa mudança de perspectiva ficou mais evidente na segunda metade do mesmo século, a partir de sua apreensão enquanto discurso, portanto, emitido de algum lugar, sob determinado ponto de vista. Mudança essa que permite sua fragmentação e uma multiplicidade de ângulos para interpretar um mesmo fato histórico. Assim, uma história rigorosamente datada, progressiva, marcada por feitos de grandes personagens, vai dando lugar a uma nova história, múltipla, do cotidiano, com diferentes versões daquela de cunho oficial, normalmente contada pelos detentores do poder, que também é narrativa.

Nos regimes de exceção, as autoridades tendem a ser menos tolerantes a esses discursos múltiplos e fragmentados que dão vez, inclusive às visões marginalizadas da sociedade. Preferem, sempre que possível, a descrição de eventos vinculados a datas e heróis, reduzindo os conflitos históricos à dicotomia entre o bem e o mal, o que facilita o domínio sobre o discurso histórico. Retomando a tensão entre o autoritarismo e os regimes participativos, passemos para um outro exemplo, contextualizado em Portugal durante o Salazarismo. Na peça *A palavra é de ouro*, de Augusto Abelaira (1973), mãe e filha dialogam sobre os tempos de silêncio e os tempos de mentiras, fazendo alusão à liberdade de expressão:

Guilhermina: Sabias que milhões de mulheres tinham filhos quando havia jornais, quando as palavras eram livres? Uma rainha, uma atriz de cinema... As outras? Os jornais não falavam das outras. Não sabias mais acerca do mundo do que sabes hoje... Os jornais mentiam. Esqueceste-te, não te lembras já de que os jornais mentiam?

Lúcia: Prefiro a mentira ao silêncio, minha mãe. Na mentira ainda posso descortinar a verdade, mas quanto ao silêncio, só o silêncio me responde. E os homens emudeceram. Não os vê, minha mãe. (Abelaira, 1973, p.59)




Ou seja, para a personagem, a possibilidade de expressão, mesmo que deliberadamente falaciosa, será sempre melhor do que a imposição do silêncio. É bom salientar que a relação entre imprensa e Estado é sempre complexa e coexiste num espaço entre a liberdade de expressão e a imposição do silêncio, passando por cooptação pelo próprio Estado ou pelas forças de oposição, dependendo das circunstâncias históricas vividas naquele momento.

Deste lado do Atlântico, no Brasil dos anos 1970, também emudecido, sob um regime autoritário, aprendia-se nos frios bancos escolares, a história à moda antiga. Datas, personalidades e eventos que visavam a consolidação da República, buscando a simplificação e a transformação do discurso em fatos ocorridos. Assim, conhecíamos os “heróis” da República Velha e seu esforço para consolidar um regime que culminaria em liberdades individuais e na participação de todos, encobrindo, feito cortina de fumaça, os meandros de disputa de poder, denunciados por Lima Barreto na época, cujos interesses eram caros somente às classes dominantes, ratificando seu poder de geração a geração.

Em 1989, ano das primeiras eleições diretas presidenciais no Brasil, após o Golpe Militar de 1964, em Artigo sobre Lima Barreto publicado na revista da USP, por conta do centenário da república, Beatriz Rezende (1989) comenta:

É curioso observarmos que os aspectos mais vulneráveis à crítica nos primeiros anos da República são os mesmos que ainda hoje aparecem como os mais mobilizadores da opinião pública: a corrupção, o abuso do poder, a má administração, a malversação do dinheiro público, tudo isso se transformando numa falta de confiança nos homens públicos e, mais do que isso, na própria política. (RESENDE, 1989) “A República no Brasil é o régimen da corrupção. Todas as opiniões devem, por esta ou aquela paga, ser estabelecidas pelos poderosos do dia” (BARRETO apud Rezende, 1989). E ainda: (A política) “Eu a encaro, como o povo a vê, isto é, um ajuntamento de piratas mais ou menos diplomados, que exploram a desgraça e a miséria dos humildes” (Ibid).

Esses humildes, dos quais Lima Barreto se refere, formam um enorme contingente de excluídos, tratados com os requintes autoritários dos períodos mais nebulosos da história, mesmo durante a vigência de regimes que se propõem democráticos e participativos para uma outra parcela da população. Ou seja, aquilo que nos alertava Lima Barreto no início do século permaneceu atual em 1989 e continua no prazo de validade. Até quando? É certo que, entre ondas progressistas e conservadoras avançamos um




pouco, porém, certamente, muito aquém do que Lima Barreto desejaria com sua literatura militante.

Recordações do escrívão Isaías Caminha foi o romance de estreia de Lima Barreto, publicado inicialmente em folhetim nos periódicos do final da primeira década do séc. XX. O autor tinha a intenção de trazer para o debate, além de um papel militante para a literatura, questões sociais como racismo e as relações entre imprensa e poder público durante a república velha. A imprensa é apresentada como ferramenta de exercício de poder, demonstrando nos seus bastidores os interesses que movem suas reportagens, bem distantes dos interesses coletivos. Ou seja, era feita para parecer imparcial, sem sê-lo. A resposta da grande imprensa às provocações de Lima Barreto através do romance *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, foi o silêncio e, mesmo as poucas críticas feitas no período, enfatizavam aspectos de vingança pessoal do autor, que mal disfarçava as instituições e pessoas que buscava atingir com suas personagens caricatas, o que foi visto como prática de uma literatura menor com a pecha de *Roman à Clef*.

Narrado em primeira pessoa, o escrívão Isaías Caminha conta suas memórias: mulato e pobre, vindo do interior para estudar na capital da República. Desvirtuou-se de seus objetivos iniciais e sucumbiu à lógica de interesses menores que então predominava, a partir de sua contratação como contínuo num grande jornal da época: O Globo, nome fictício do então poderoso Correio da Manhã. A cena carioca, contendo corrupção, escândalos e revoltas populares, é lembrada pelo escrívão. Na passagem seguinte, selecionada do romance, é possível observar a contraposição entre potencialidade e ignorância das massas, a partir de uma revolta popular:

A irritação do espírito popular que eu tinha observado na minha própria casa não me fez pensar nem temer. Julguei-a especial àqueles a quem tocavam e nunca que aquelas observações ingênuas se tivessem transformado em grito de guerra, em amuleto excitador para a multidão toda. Mais tarde, entretanto, verifiquei que a crença de que o Governo pretendia operar violentamente os homens e mulheres de pés grandes, como os Chinas, é que tinha impressionado fortemente os espíritos levando-os ao sangrento motim que estalou. (Barreto, 1994, p. 142)

Segundo Lília Schwarcz (2017), o caso denominado pelo narrador como Revolta do Sapato seria ficcional, guardando alguma relação com a Revolta da Vacina, que agitou as ruas do Rio de Janeiro na época, principalmente em função de sua obrigatoriedade e carência de informações e esclarecimento sobre a sua importância. Ainda sobre o evento, podemos observar o desinteresse dos representantes do Estado com a coisa pública e, também, o




poderio de que gozava a imprensa, que além de influenciar diretamente as decisões dos agentes do Estado, se locupletava com cargos e regalias pagos, obviamente, com recursos públicos, como podemos observar nesse outro excerto:

O motim obrigara o Presidente a demitir a maioria dos Ministros, isto é, os Ministros atacados pelo O Globo; o prefeito e o chefe de polícia também saíram. A lei dos sapatos foi para as coleções legislativas e o empréstimo ficou prometido ao Rodrigues. O diário de Loberant ficou sendo quase a sétima Secretaria do Estado. As nomeações saíam de lá e as demissões também. Bastava um aceno seu para um chefe ser dispensado, e bastava qualquer dos seus empregados abrir a boca para obter os mais rendosos lugares. Leporace foi nomeado Diretor das antiguidades egípcias do Museu Nacional; e Rolim, o Rolim dos grandes pés, subdiretor da Repartição Cartográfica da República. Leiva fora modesto: pediu e obtivera o lugar de quarto escriturário do Tribunal de Contas, independente de concurso. Os empregos foram assim satisfazendo a natural voracidade dos auxiliares de Loberant. Todos eles viviam agora calmos, sorridentes, satisfeitos, convencidos de que tinham moralizado a República. (Barreto, 1994, p. 147)

Na cena narrada acima, o entrelaçamento entre imprensa, Estado e poder é flagrante. À margem da cena, o povo demonstra sua força para reagir às injustiças cometidas por tal aliança espúria, mas, ao mesmo tempo, reflete sua incapacidade de perceber nitidamente qual o foco do problema a ser combatido, diluindo sua energia em questões periféricas, secundárias e por vezes, existentes somente em seu imaginário. Circunstância que justifica os motivos de se restringir, deliberadamente, o acesso ao ensino de qualidade a toda a população. Como percebemos, o problema para o qual parece simples uma solução, caso houvesse vontade política, é histórico e tende à perpetuidade.

Já no início de sua carreira literária, Lima Barreto desafiava a tudo e a todos, utilizando sua narrativa militante em busca de debate e aprofundamento das questões que considerava essenciais aos brasileiros. Nessa batalha não poupou seus colegas escritores, dos quais cobrava uma maior objetividade e propósitos para além do esteticismo em sua ficção, nem o meio jornalístico, do qual denunciava o descaso com a busca da verdade e seu compromisso com aqueles que, de alguma forma, pudessem trazer algum benefício pessoal ou corporativo. Sobre o assunto, Lilia Schwarcz (2017) comenta:

À sua maneira, o amanuense ia fazendo carreira ruidosa, com suas crônicas provocativas, contos igualmente críticos e romances bastante escandalosos. *Isaías Caminha*, de 1909, não fora sucesso de crítica, mas lhe conferira certa notoriedade de *enfant terrible*. A pecha lhe custara, contudo, muito caro. Por causa das denúncias à imprensa, definida por ele como “o quarto poder da República”, a obra mereceu, como vimos,



certo silêncio dos colegas... E *Triste fim* parecia seguir a mesma trilha.
(Schwarcz, 2017, p. 287)


Triste fim de Policarpo Quaresma foi “divulgado pela primeira vez na edição vespertina do *Jornal do Comércio* entre 11 de agosto e 19 de outubro de 1911, viraria livro no final de 1915” (Id, p. 300). É o romance mais conhecido e lido de Lima Barreto. Inclusive, houve uma adaptação para cinema em 1998 com o título de Policarpo Quaresma – Herói do Brasil, dirigido por Paulo Thiago e estrelado por Paulo José.

Narrado em terceira pessoa, o romance pode ser dividido em três partes: I - o personagem Policarpo Quaresma é um servidor público tratado com respeito e distanciamento pela sociedade em função de seus hábitos nacionalistas a extremo e críticos em relação à cópia de modelos de costumes europeus em detrimento de uma riqueza cultural genuinamente brasileira; II - Com a saúde mental fragilizada em função da resposta da sociedade frente sua tentativa de trazer a língua e os costumes nativos para a seara oficial, refugia-se no campo, onde tenta, sem sucesso, explorar a agricultura em suas terras, constantemente atacadas pelas saúvas e pelas intrigas da política local; III - Posteriormente, ressurge na capital federal para apoiar o governo de Floriano Peixoto, por princípios patrióticos, em levante realizado pelas forças armadas opositoras – A Revolta da Armada. Percebe um descaso desse mesmo governo para os problemas relevantes, além de um excesso nos castigos imputados aos desafetos e, ao denunciar a situação ao presidente, é encarcerado arbitrariamente, acusado de traição.

O aspecto principal trazido para esta comunicação concentra-se na terceira parte e se refere ao desmascaramento da república velha dos tempos de Floriano Peixoto enquanto modelo representativo do povo e revela a face ditatorial do estadista e as arbitrariedades cometidas, contra os adversários políticos, as classes menos favorecidas ou qualquer um que ameaçasse os poderes constituídos na república velha.

Não se pudera conter. Aquela leva de desgraçados a sair assim, a desoras, escolhidos a esmo, para uma carniçaria distante, falara fundo a todos os seus sentimentos; pusera diante dos seus olhos todos os seus princípios morais; desafiaram a sua coragem moral e a sua solidariedade humana; e ele escrevera a carta com veemência, com paixão, indignado. Nada omitiu do seu pensamento; falou claro, franca e nitidamente...

Iria morrer, quem sabe se naquela noite mesmo? E que tinha ele feito de sua vida? Nada. Levava toda ela atrás da miragem de estudar a pátria, por amá-la e querê-la muito, no intuito de contribuir para a sua felicidade e prosperidade...



A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia. A que existia de fato era a do tenente Antonino, a do Doutor Campos, a do homem do Itamarati.

Contudo, quem sabe se outros que lhe seguissem as pegadas não seriam mais felizes? E logo respondeu a si mesmo: mas como? Se não se fizera comunicar, se nada dissera e não prendera o seu sonho, dando-lhe substância?


E esse seguimento adiantaria alguma coisa? E essa continuidade traria enfim para a terra alguma felicidade? Há quantos anos vidas mais valiosas que a dele, se vinham oferecendo, sacrificando e as coisas ficaram na mesma, a terra na mesma miséria, na mesma opressão, na mesma tristeza...

Não havia mais piedade, não havia mais simpatia, nem respeito pela vida humana; o que era necessário era dar exemplo de um massacre à turca, porém clandestino, para que jamais o poder constituído fosse atacado ou mesmo discutido. Era a filosofia social da época, com forças de religião, com os seus fanáticos, com os seus sacerdotes e pregadores, e ela agia com a maldade de uma crença forte, sobre a qual fizéssemos repousar a felicidade de muitos.

Passados cem anos, as principais diferenças na conjuntura são reflexos muito mais das inovações tecnológicas do que de mudança nas mentalidades por esse Brasil afora. Ao reler sua obra fica a nítida impressão de que a história tende a se repetir, com nuances e energias diferentes entre os agentes opressores e oprimidos, que fazem, ou não, a diferença.

Conforme duas destacadas biografias sobre Lima Barreto realizadas por Francisco de Assis Barbosa, em 1952, e por Lilia Schwarcz, agora em 2017, há muito da experiência pessoal do escritor Lima Barreto em sua narrativa. Entretanto, sua obra não esteve aprisionada em seu tempo. Ela caminha do particular para o universal, como desejava em sua militância literária. Criticou a cópia dos modelos europeus e norte-americanos antes dos modernistas, suas adaptações da realidade, tão criticadas no período em que escrevia, foram consagradas posteriormente na Autoficção e suas variantes.

As ambiguidades encontradas nas opiniões de Lima Barreto em temas relacionados, como por exemplo, ao feminismo e ao carnaval, reforçam sua honestidade intelectual e refletem um modo de pensar contemporâneo, em que a linearidade e determinismo históricos são colocados em questão e os conceitos permitem que as coisas sejam uma “e” outra, conforme a experiência, o momento, o enfoque, o estado de espírito de quem observa etc. Assim, conceitos como casamento e família podem ser bons se derivam em orientação e respeito ao próximo, mas podem também ser extremamente negativos se derivam em exclusão, discriminação ou nepotismo; religião pode pender para harmonia



e paz interior, mas também para repressão e alienação, e por aí segue a história e a literatura...

Referências

ABELAIRA, Augusto. *A palavra é de ouro*. Amadora: Livraria Bertrand, 1973.

BAUDELAIRE, Charles. *Pequenos poemas em prosa*. 4ª ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 11ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrívão Isaiás Caminha*. São Paulo: Ática, 1994.

_____, Lima. *Prosa Seleta*. Eliane Vasconcellos (org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001.

BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito: História, literatura e política em Lima Barreto*. Curitiba: Prismas, 2017.

ECO, Umberto. *Baudolino*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Roberto Machado (org.), 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

MENDONÇA, Jorge Eduardo Magalhães de. *A questão de tecnologia e comunicação no teatro de Augusto Abelaira*. Comunicação apresentada no Congresso 100 Futurismo, Niterói: UFF, 2017.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e a República*. Dossiê 100 anos de República, in <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/65409>>. São Paulo: USP, 1989.



_____. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M. *Lima Barreto: Triste visionário*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.